



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

(Processo Administrativo nº 049/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas através de procedimento auxiliar de credenciamento para execução de serviços médicos nas especialidades de cardiologista, ginecologista, neurologista, neurologia pediátrica, urologista, pediatria, psiquiatria ambulatorial, geriatra, dermatologista e ortopedista, incluindo também serviços médicos de clínico geral e serviços de médicos veterinários, conforme demandas da Secretaria Municipal de Saúde e do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Nova União/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviços médicos de Veterinário	Hora	960	42,50	40.800,00
02	Serviços médicos na especialidade de Cardiologia	Consulta	1.200	91,78	110.136,00
03	Serviços médicos de Clínico Geral	Plantão (12 horas)	750	1.264,00	948.000,00
04	Serviços médicos na especialidade de Dermatologia	Consulta	600	120,00	72.000,00
05	Serviços médicos na especialidade de Ginecologia	Consulta	1.200	132,50	159.000,00
06	Serviços médicos na especialidade de Neurologia	Consulta	840	125,00	105.000,00
07	Serviços médicos na especialidade de	Consulta	120	209,00	25.080,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

	Neurologia Pediátrica				
08	Serviços médicos na especialidade de Ortopedia	Consulta	660	125,00	82.500,00
09	Serviços médicos na especialidade de Pediatria	Consulta	1.440	140,00	201.600,00
10	Serviços médicos na especialidade de Psiquiatria Ambulatorial	Consulta	1.200	122,50	147.000,00
11	Serviços médicos na especialidade de Urologia	Consulta	300	130,00	39.000,00
12	Serviços médicos na especialidade de Geriatria	Consulta	360	94,00	33.840,00
TOTAL ESTIMADO GERAL					1.963.956,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de **serviços especiais**.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e, apêndice deste Termo de Referência.



- 2.2. O objeto da contratação não está previsto em Plano de Contratações Anual, conforme justificativa constante no em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

- 4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Especificação dos serviços e local de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica para os médicos (Clínicos Gerais/Plantonistas e Especialistas):

5.1.1. realizar consultas clínicas gerais e ambulatoriais em especialidades definidas no neste termo de referência (ex.: clínica geral, pediatria, cardiologia, ginecologia, neurologia pediátrica, ortopedia, psiquiatria, dermatologia, oftalmologia etc.);

5.1.1. executar procedimentos diagnósticos e terapêuticos (ex.: pequenos procedimentos ambulatoriais, suturas, punções), solicitar e acompanhar exames, emitir laudos, atestados e relatórios médicos;

5.1.2. atender em regime de plantão (urgência e emergência), sobreaviso e apoio a campanhas, mutirões, ações preventivas e visitas domiciliares quando demandado;

5.1.3. Participar de reuniões técnicas, ações educativas, treinamentos e rotinas de educação permanente promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.1.4. Alimentar prontuários eletrônicos e sistemas oficiais (e-SUS AB, PEC, etc.), garantindo atualização, rastreabilidade e segurança das informações.

- 5.2. Descrição do fluxo de atendimento (Clínicos Gerais/Plantonistas e Especialistas):

5.2.1. seguir o fluxo determinado pela Secretaria: agendamento centralizado, priorização de casos regulados, atendimento de urgências e realização de triagem inicial, quando necessário;

5.2.2. registrar toda intercorrência: absenteísmo, cancelamentos, recusa, desfecho clínico e contra referência ao serviço de origem ou a outros níveis de atenção, conforme protocolos instituídos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

5.3. Local de Execução dos Serviços (Clínicos Gerais/Plantonistas e Especialistas):

5.3.1. Todos os médicos (clínicos gerais/plantonistas e especialistas) realizarão atendimentos presencialmente nas seguintes unidades:

unidades Básicas de Saúde (UBS);

centro de Urgência e Emergência;

unidades satélites, distritais, móveis ou outras designadas pela Secretaria;

locais destinados a campanhas de saúde, mutirões, ações comunitárias, escolares e de promoção da saúde;

5.3.2. **Exceção para Neuropediatria – Atendimento em Consultório/Clinica Particular.** Devido à raridade e especialização do serviço, o atendimento em neurologia pediátrica poderá ocorrer em consultório ou clínica particular do profissional—desde que cumpridos todos os requisitos abaixo:

Localização e Acessibilidade: Consultório/Clinica situado em município limítrofe ou previamente aprovado pela Secretaria, com distância máxima de 90 km de Nova União/MG;

Infraestrutura e Qualidade: Ambientes adequados (recepção, sala de espera, consultório, sanitários com acessibilidade), sistemas de higienização e climatização, mobiliário e equipamentos da especialidade; cumprimento integral das normas de biossegurança e garantia de privacidade e sigilo;

Documentação Obrigatória: Alvará sanitário vigente da clinica/consultório; cadastro no cnes;

Condições Operacionais: Agenda prioritária para pacientes encaminhados pela Secretaria, com prazos compatíveis às necessidades; comunicação formal à regulação municipal de agendamentos, alterações e ausências, mediante protocolo digital;

Prestação de Contas, Relatórios e Controle: Relatório individual e mensal (identificação do paciente, data, horário, queixa, exame físico, diagnóstico, conduta, prescrições, exames solicitados, evolução, encaminhamentos e observações) entregue até o 5º dia útil de cada mês, em formato digital ou físico, com documentos comprobatórios; pagamento condicionado à aceitação formal pela fiscalização;

Fiscalização e Auditoria: A Secretaria pode fiscalizar consultório/clínica sem aviso prévio, requisitar documentos, ouvir pacientes e auditar produção informada. Recusa ou obstrução acarretará suspensão de pagamentos e processo de descredenciamento;

Responsabilidade Técnica e Ética: O profissional assume responsabilidade pelos atos e qualidade do serviço, seguindo o Código de Ética Médica; uso de equipe auxiliar (técnicos, fonoaudiólogos, psicólogos) deve ser documentado e comunicado;

Penalidades e Rescisão: Descumprimento, informações inverídicas ou omissão de fatos relevantes acarretarão advertência, multa, suspensão ou descredenciamento e eventual responsabilização civil e penal.

5.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica para os médicos veterinários:

5.4.1. realizar atendimentos clínicos e cirúrgicos de pequenos: consultas, exames, anestésias e procedimentos cirúrgicos de rotina;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- 5.4.2. atuar em regime de plantão de urgência e emergência animal, atendendo casos de acidentes com animais peçonhentos, atropelamentos, envenenamentos e outras urgências clínicas ou cirúrgicas;
- 5.4.3. conduzir ações de vigilância e controle sanitário de zoonoses: coleta e encaminhamento de animais para diagnóstico de raiva, vigilância de doenças transmissíveis, inspeções sanitárias em criadouros e estabelecimentos comerciais de animais;
- 5.4.4. realizar campanhas de vacinação antirrábica em cães e gatos, conforme calendário anual;
- 5.4.5. implementar e coordenar programas de controle populacional, incluindo castrações e ações de bem-estar animal, seguindo protocolos de biossegurança;
- 5.4.6. emitir laudos, relatórios de inspeção, pareceres técnicos e documentos exigidos pelos órgãos de vigilância sanitária e ambiental;
- 5.4.7. apoiar campanhas de prevenção de zoonoses, mutirões de esterilização, eventos educativos e ações comunitárias de saúde pública animal;
- 5.4.8. participar de reuniões técnicas, treinamentos, capacitações e educação permanente promovidas pelo CCZ e pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.5. Descrição do fluxo de atendimento para os médicos veterinários:
 - 5.5.1. seguir protocolos do CCZ para casos clínicos, cirúrgicos e de zoonoses;
 - 5.5.2. registrar intercorrências (absenteísmo, cancelamentos, recusa, desfecho clínico/cirúrgico, encaminhamentos), mantendo relatórios atualizados e integrados a sistemas oficiais.
- 5.6. Local de Execução dos Serviços dos médicos veterinários:
 - 5.6.1. Exclusivo no CCZ de Nova União/MG: todos os atendimentos clínicos, plantões e ações de vigilância sanitária deverão ocorrer nas dependências do CCZ, exceto em casos excepcionais em que necessite o deslocamento do profissional.
- 5.7. A prestação de contas, relatórios e controle dos médicos veterinários deverão ser realizados das seguintes formas:
 - 5.7.1. emitir relatórios mensais detalhados, a serem entregues até o 5º dia útil de cada mês, contendo:
 - a. número de atendimentos clínicos e cirúrgicos realizados;
 - b. procedimentos diagnósticos executados;
 - c. ações de vigilância de zoonoses (coletas, inspeções, mutirões);
 - d. quantitativo de animais vacinados antirrábicos;
 - e. castrações realizadas e dados de controle populacional;
 - f. descrição de ocorrências de urgência/emergência e encaminhamentos;
 - g. estatísticas de absenteísmo e cancelamentos.
 - 5.7.2. A remuneração estará condicionada à aceitação formal dos relatórios pela fiscalização do CCZ, após conferência e validação documental.
- 5.8. Responsabilidades Técnicas e Éticas do profissional médico veterinário:
 - 5.8.1. O profissional veterinário assume responsabilidade total pelos atos praticados, observando o Código de Ética do Médico Veterinário, zelando pela segurança animal e humana;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____

Proc. N°: 049/2025

Ass: _____

- 5.8.2. Uso de equipe auxiliar (agentes de endemias) deve ser documentado e comunicado, desde que não interfira na escala de trabalho do Combate e Controle de Endemias;
- 5.8.3. Credenciado deve garantir uso adequado de insumos, medicamentos e equipamentos, evitando desperdícios ou desvios;
- 5.8.4. Descumprimento de normas de biossegurança, ética ou técnica resultará em sanções administrativas, bem como responsabilidades civil e penal.

5.9. Penalidades e motivos de rescisão ao profissional médico veterinário:

- 5.9.1. Descumprimento das exigências do CCZ, obstrução à fiscalização ou informações inverídicas acarretarão advertência, multa, suspensão ou descredenciamento;
- 5.9.2. Secretaria pode comunicar ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-MG) para apuração de infrações ético-profissionais;
- 5.9.3. Processo sancionatório assegura contraditório, ampla defesa e devido processo legal, com possibilidade de recursos.

Especificação da garantia do serviço

- 5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização

- 6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____

Proc. N°: 049/2025

Ass: _____

- 6.7. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.12. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.12.1. A Secretaria Municipal de Saúde e a Coordenação do CCZ podem fiscalizar serviço veterinário no CCZ, requisitar documentos, ouvir usuários (proprietários de animais/população), auditar produção e estoques de insumos e medicamentos;
- 6.12.2. Recusa em fornecer informações, dificultar fiscalização ou uso indevido dos recursos levará à suspensão de pagamentos e processo de descredenciamento, sem prejuízo de sanções legais.
- 6.12.3. O acompanhamento técnico-administrativo será exercido por servidores designados (fiscais e gestores), com atribuições de:
- 6.12.4. Conferir documentos, relatórios, registros e sistemas dos profissionais credenciados (médicos e veterinários);
- 6.12.5. Verificar in loco a execução dos serviços, mediante visitas programadas ou aleatórias;
- 6.12.6. Registrar ocorrências, faltas, irregularidades, reclamações de usuários (pacientes humanos e donos de animais) ou denúncias;
- 6.12.7. Requisitar esclarecimentos, documentos e justificativas a qualquer tempo;
- 6.12.8. Recomendar ajustes, propor sanções e orientar tecnicamente o profissional;
- 6.12.9. Para veterinários, monitorar insumos, medicamentos e estoque de vacinas antirrábicas, bem como avaliar condições de infraestrutura do CCZ.
- 6.12.10. A responsabilidade pela fiscalização dos serviços prestados pelos Médicos-Veterinários credenciados caberá ao Coordenador de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de Nova União/MG.
- 6.12.11. A fiscalização dos atendimentos realizados pelos Médicos Especialistas (cardiologia, neurologia pediátrica, ortopedia etc.) ficará a cargo da Coordenadora de Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.12.12. A fiscalização dos serviços prestados pelos Clínicos Gerais e Plantonistas será exercida diretamente pelo Secretário Municipal de Saúde de Nova União/MG.
- 6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- 6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.17.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.18. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.19. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Pagamento por produção comprovada.
- 7.1.1. Médicos (Clínicos Gerais/Plantonistas e Especialistas);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____

Proc. N°: 049/2025

Ass: _____

7.1.1.1. **Consultas:** remunerados somente quando realizados, com comparecimento do paciente, registro em relatório próprio e no sistema oficial. Consultas agendadas, mas não realizadas, não gerarão remuneração, salvo exceções justificadas e autorizadas;

7.1.1.2. **Plantões de Urgência/Emergência:** Pagamento apenas pelos plantões efetivamente cumpridos, conforme escala e atestado pela fiscalização;

7.1.2. Médicos veterinários:

7.1.2.1. **Ações de Vigilância em Zoonoses e outros:** remuneração por hora trabalhada, validada pelo CCZ.

7.2. Os valores serão baseados em tabela de referência constante no item 1.1 deste termo de referência, observando legislação vigente, limites financeiros do município e regularidade documental do credenciado:

7.2.1. O pagamento estará condicionado à apresentação, validação e aprovação dos relatórios mensais de produção, à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária e à inexistência de pendências ético-legais junto aos Conselhos competentes (CRM-MG ou CRMV-MG);

7.2.2. A administração pública reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo setor requisitante, uma vez que o valor a ser contratado e empenhado a favor da CREDENCIADA é meramente estimativo, considerando que de acordo com o número de credenciados ao longo do ano e à critério do gestor, poderá haver acréscimo ou decréscimo no valor empenhado.

Liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. A Administração deverá realizar consulta para:

7.8.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____

Proc. N°: 049/2025

Ass: _____

7.8.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9. Constatando-se, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias úteis, após à prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal.

Forma de pagamento

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.18. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/05/2025.

7.19. Após o interregno de um ano, e a pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.20. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- 7.21. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.22. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.23. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.24. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.25. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. Multa:

8.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.3.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

8.3.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

8.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____

Proc. N°: 049/2025

Ass: _____

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE ACIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

9.1. Considerando que o presente procedimento refere-se a credenciamento, na forma de procedimento auxiliar voltada à chamada pública de interessados para prestação de serviços de forma não exclusiva, podendo haver a habilitação de mais de um profissional para a mesma especialidade médica, torna-se indispensável a definição de um critério claro, objetivo e isonômico para o acionamento desses profissionais. Esse critério visa garantir:

- A. O equilíbrio na distribuição da demanda;
- B. A transparência na gestão dos contratos administrativos;
- C. A eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde.

9.2. Adoção de Sistema de Rodízio

9.2.1. Será adotado o sistema de rodízio sequencial, a ser aplicado entre os profissionais credenciados para uma mesma especialidade, assegurando igualdade de oportunidades de atendimento. As regras de rodízio observarão as seguintes diretrizes:

- a. após a homologação do credenciamento, será realizada a organização de uma ordem inicial de atendimento por sorteio público, com registro formal em ata e divulgação no Portal da Transparência do Município de Nova União/MG.
- b. o acionamento será efetuado em estrita obediência à ordem estabelecida, de forma alternada, conforme a demanda identificada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- c. a cada atendimento realizado, o profissional retorna automaticamente ao final da fila, permitindo a convocação do próximo credenciado na ocorrência seguinte, em um ciclo contínuo.
- d. caso o profissional convocado:
 - Não se manifeste no prazo estipulado, ou
 - Não possa atender por motivo justificado,será mantido na mesma posição na fila, sem prejuízo para futuras convocações. Entretanto, na ausência de justificativa ou recusa imotivada, o profissional será automaticamente remanejado para o final da fila de rodízio.
- e. O controle do rodízio será realizado mediante registro formal, em sistema próprio ou planilha oficial, contendo:
 - Nome do profissional convocado;
 - Especialidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- Data do acionamento;
- Resposta recebida;
- Justificativa (quando houver);
- Execução ou não do atendimento.

9.3. Esse controle estará disponível para fiscalização interna e auditoria externa, conforme normas de controle da administração pública.

9.4. Exceções ao rodízio:

Casos de urgência ou emergência, devidamente caracterizados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde;

Inexistência de disponibilidade imediata do profissional no momento da convocação;

Situações de demanda técnica específica, cuja complexidade ou subespecialidade não seja atendida por todos os credenciados disponíveis;

Decisão técnica fundamentada por autoridade sanitária ou gestora da pasta.

Regime de Execução

9.5. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.6. Considerando que o referido procedimento auxiliar é na forma de credenciamento onde todos que atenderem ao exigido no edital estarão aptos a prestarem os serviços, os preços constantes no item 1.1 deste termo de referência, são os preços nos quais o município de Nova União se propõe a pagar pelos serviços que forem executados, os participantes devem estar cientes que os valores a serem pagos pelos serviços elencados no item 1.1 são únicos não podendo sofrer alterações.

9.6.1. Os valores orçados pela Administração constam no item 1.1 deste termo de referência.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado em se credenciar comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- 9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.16. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), **conforme o caso**;
- 9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, **caso se trate de pessoa física**;
- 9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

- 9.27. Pessoas físicas deverão apresentar os seguintes documentos abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- 9.27.1. Certificado de conclusão do curso de habilitação profissional (graduação/pós-graduação), devidamente reconhecida pelo MEC ou Registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG); para os médicos veterinários considera-se o registro do responsável técnico no CRMV-MG;
- 9.27.2. Título de Especialista na área em que pretender prestar serviços ao Município de Nova União, conforme estabelecido neste Credenciamento ou registro de qualificação de especialista devidamente registrado no Conselho Federal de Medicina CFM;
- 9.27.3. Currículo atualizado, com comprovação de experiência como clínico geral ou especialista, e para veterinário com comprovação de experiência em CCZ ou serviços de vigilância de zoonoses, preferencialmente em rede pública;
- 9.27.4. Comprovante de endereço;
- 9.27.5. Carteira de Identidade;
- 9.27.6. Prova de quitação com o Serviço Militar, para interessado do sexo masculino;
- 9.27.7. Inscrição como autônomo junto ao INSS;
- 9.27.8. Ficha cadastral conforme **anexo II** do edital.
- 9.28. Pessoas Jurídicas deverão apresentar os seguintes documentos abaixo:
- 9.28.1. Registro ou Inscrição na entidade profissional competente;
- 9.28.2. Prova de inscrição dos responsáveis técnicos pelo serviço no Conselho Regional de Medicina – CRM-MG, e para os médicos veterinários no CRMV-MG.
- 9.28.3. Título de Especialista na área em que pretender prestar serviços ao Município de Nova União, conforme estabelecido neste Credenciamento ou registro de qualificação de especialista devidamente registrado no Conselho Feral de Medicina CFM.
- 9.28.4. Currículo atualizado, com comprovação de experiência como clínico geral ou especialista, e para veterinário com comprovação de experiência em CCZ ou serviços de vigilância de zoonoses, preferencialmente em rede pública dos técnicos que iram prestar o serviço.
- 9.28.5. Ficha cadastral conforme **anexo II** do edital.
- 9.28.6. Alvará sanitário vigente da clinica/consultório (especifico para estabelecimentos clínicos para atendimento de **NEUROPEDIATRIA**), conforme exigido no item 5.3.2, alínea C.
- 9.28.7. Cadastro CNES (especifico para estabelecimentos clínicos para atendimento de **NEUROPEDIATRIA**), conforme exigido no item 5.3.2, alínea C.
- 9.28.8. Declaração que está ciente das exigências e determinações contidas no item 5.3.2 do termo de referência. (especifico para estabelecimentos clínicos para atendimento de **NEUROPEDIATRIA**).

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

- 9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. INDICADORES, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

- 10.1. A Secretaria Municipal de Saúde e o CCZ poderão instituir indicadores de desempenho, quantitativos e qualitativos, tais como:

- 10.2. Médicos plantonistas e especialistas:

Número de atendimentos/plantões realizados por mês, por especialidade e unidade;

Taxa de absenteísmo, tempo de espera para consulta, tempo médio de atendimento;

Índice de satisfação dos usuários, avaliação da qualidade técnica, cumprimento de protocolos e resolutividade;

Percentual de registros completos nos sistemas oficiais;

Regularidade documental e ausência de pendências ético-legais.

- 10.3. Médicos veterinários:

a. Número de atendimentos clínicos e cirúrgicos de pequenos;

b. Quantitativo de animais vacinados antirrábicos e esterilizados;

c. Número de coletas para diagnóstico de zoonoses, inspeções sanitárias realizadas e mutirões de castração;

d. Taxa de absenteísmo em plantões veterinários;

e. Índice de atendimentos de urgências (acidentes com peçonhentos, atropelamentos, envenenamentos);

f. Percentual de registros completos nos sistemas oficiais e relatórios;

g. Cumprimento dos protocolos de biossegurança e ausência de pendências ético-legais.

- 10.4. A avaliação periódica desses indicadores subsidiará decisões de renovação, prorrogação, suspensão ou rescisão do credenciamento, além de orientar o planejamento de ações de saúde humana e animal.

11. OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

- 11.1. Obrigações Comuns a Médicos e Veterinários

11.1.1. cumprir estritamente todas as determinações, instruções, escalas, horários, protocolos, rotinas e fluxos de trabalho estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo CCZ, ajustando agenda e disponibilidade conforme demanda;

11.1.1.2. Atender prontamente a convocações, incluindo remanejamentos de local, escalas extras, plantões emergenciais, mutirões, ações itinerantes e atividades extraordinárias, respeitando a prioridade do interesse público;

11.1.1.3. Realizar completos registros obrigatórios em sistemas oficiais, relatórios operacionais, listas de presença e relatórios mensais de produção, fornecendo documentos ou informações adicionais sempre que solicitado, nos prazos estipulados;

11.1.1.4. Manter regularidade documental, atualização cadastral e comunicar imediatamente qualquer alteração de situação profissional, documental, endereço ou contato, sob pena de bloqueio ou suspensão do credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____
Proc. N°: 049/2025
Ass: _____

11.1.1.5. Utilizar com zelo, responsabilidade e conforme normas estabelecidas todos os bens públicos, materiais, equipamentos, sistemas e recursos disponibilizados, respondendo integralmente por danos, extravios ou uso inadequado;

11.1.1.6. Cumprir rigorosamente padrões de qualidade, ética, humanização, biossegurança e sigilo profissional, obedecendo determinações técnicas, normas de regulação do SUS e legislações sanitárias, estando sujeito a fiscalização permanente;

11.1.1.7. Comunicar imediatamente à Secretaria ou ao CCZ qualquer situação que inviabilize, atrase ou limite a prestação dos serviços, apresentando justificativas detalhadas e documentação comprobatória.

11.2. Obrigações Específicas de Médicos

11.2.1. Em regime de plantão de urgência/emergência, garantir cobertura integral durante toda a escala, zelando pela continuidade do serviço;

11.2.3. Em caso de impedimento, ausência ou atraso em plantão, comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde e providenciar substituto que atenda a todos os requisitos de habilitação, registro e qualificação, mediante aprovação prévia da Secretaria;

11.2.4. O substituto somente poderá iniciar atividades após autorização expressa da Secretaria, respondendo o credenciado originalmente escalado solidariamente por eventuais falhas ou irregularidades causadas pelo substituto;

11.2.5. Descumprimento das obrigações relativas a plantões, ausência de comunicação ou não apresentação de substituto habilitado sujeitará o credenciado a sanções previstas neste Termo de Referência.

11.3. Obrigações Específicas de Veterinários

11.3.1. Realizar todos os atendimentos clínicos, cirúrgicos e de urgência/emergência animal exclusivamente nas dependências do CCZ, sem exceção para clínicas/consultórios particulares;

11.3.2. Atuar em estrita observância aos protocolos de vigilância de zoonoses, campanhas de vacinação, controle populacional e demais atividades de saúde pública animal;

11.3.4. Garantir registro de todas as atividades desenvolvidas (atendimentos, cirurgias, coletas, inspeções, vacinação, castrações etc.) nos sistemas oficiais do CCZ (e-SUS AB, SISVAN e etc.) e em relatórios próprios;

11.3.5. Em caso de impedimento ou impossibilidade de comparecimento, comunicar imediatamente à Coordenação do CCZ e providenciar substituto que atenda a todos os requisitos de habilitação e qualificação, mediante aprovação prévia da Secretaria de Saúde;

11.3.6. O substituto somente poderá iniciar atividades após autorização expressa da Coordenação do CCZ, respondendo o credenciado originalmente escalado solidariamente por falhas ou irregularidades do substituto;

11.3.7. Descumprimento das obrigações relativas a plantões, atividades de vigilância ou campanhas sujeitará o credenciado a sanções previstas neste Termo de Referência.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Disponibilizar instalações, insumos, equipamentos e recursos humanos de apoio necessários nas unidades de saúde humanas e no CCZ;

12.2. Fornecer protocolos clínicos, fluxos de atendimento, diretrizes técnicas e orientações específicas para execução dos serviços médicos e veterinários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.302.307/0001-02

FLS: _____

Proc. N°: 049/2025

Ass: _____

12.3. Nomear fiscais e gestores do credenciamento, garantindo acompanhamento técnico, administrativo e financeiro;

12.4. Manter comunicação eficiente e transparente com profissionais credenciados e usuários, prestando esclarecimentos sobre escalas, protocolos e fluxos;

12.5. Efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos legais, após validação dos relatórios e comprovação documental dos serviços prestados;

12.6. Realizar reuniões periódicas de alinhamento, avaliação técnica, análise de indicadores, revisão de protocolos e ajustes operacionais, com participação dos credenciados.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.963.956,00** (um milhão, novecentos e sessenta e três mil e novecentos e cinquenta seis mil reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 deste termo de referência, os preços contidos na tabela são únicos e não poderão sofrer alteração pelo participante do credenciamento.**

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

- 14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo CCZ, de acordo com a legislação vigente, princípios da Administração Pública e normas regulamentares locais, federais e de vigilância em saúde animal;

- 15.2. Este Termo de Referência integra o Edital de Credenciamento para todos os fins e efeitos, devendo ser rigorosamente observado por todos os profissionais credenciados e pela Administração Municipal.

- 15.3. A participação no procedimento de credenciamento não obriga o município de Nova União a realizar a contratação.

- 15.4. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nova União, 22 de julho de 2025.

Bruno Perdigão Alexandrino